

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2016

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**Concurso Público para provimento de cargos efetivos de
Analista PGE – Economista**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A simplicidade representa o último degrau da sabedoria.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Pensar o outro

A expressão “colocar-se no lugar do outro” é antes um clichê da boa conduta que uma prática efetivamente assumida. É mais fácil repetir a fórmula desse pré-requisito para uma discussão consequente do que levar a efeito o que esta implica. Quem, de fato, é capaz de se colocar no lugar do outro para bem discernir um ponto de vista alheio ao seu? Qualquer pessoa que, por exemplo, frequente as redes sociais, sabe que, numa discussão, os argumentos de um contendor não levam em conta a argumentação do outro. Em vez de se contraporem ideias em movimento, batem-se posições já cristalizadas. A rigor, não há propriamente **confronto**: cada um olha apenas para si mesmo.

Há a convicção de que aceitar a razão do outro é perder a própria. Por que não avaliar que o exame dos argumentos alheios pode ser uma forma de fortalecer os nossos? E se os nossos forem de fato mais fracos, por que não abdicar deles, acolher a verdade que está do outro lado e fortalecer-nos com ela? A dinâmica de um debate deve admitir o pensamento crítico, que é, e deve ser sempre, um pensamento disposto à **crise**. A vida não para de nos mostrar que é com os momentos críticos que mais aprendemos. Colocar-se no lugar do outro inclui a possibilidade de querer ficar nele: por que não admitir que a razão pode estar do outro lado? Negar o outro é condenar-nos à imobilidade – essa irmã gêmea da morte.

(MELLO, Aristides de, inédito)

1. A resolução de efetivamente “colocar-se no lugar do outro” constitui,
 - (A) por vezes, uma demonstração de fragilidade que pode ser estrategicamente adequada em determinadas situações.
 - (B) quase sempre, uma abdicação da própria razão, em virtude da superioridade da razão alheia.
 - (C) a princípio, a disposição real de levar em conta o argumento alheio, sem predisposição negativa.
 - (D) em princípio, a desconfiança de que nossas convicções são na verdade frágeis, e é preciso reformulá-las.
 - (E) frequentemente, uma iniciativa necessária para aquele que precisa confirmar a fragilidade da posição alheia.

2. Quanto ao **sentido** que constituem no primeiro parágrafo do texto, há uma relação de **oposição** entre estes dois segmentos:
 - (A) clichê da boa conduta / fórmula desse pré-requisito
 - (B) bem discernir um ponto de vista / “colocar-se no lugar do outro”
 - (C) prática efetivamente assumida. / bem discernir um ponto de vista alheio
 - (D) se contraporem ideias / posições já cristalizadas.
 - (E) não há propriamente **confronto**: / cada um olha apenas para si mesmo.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) um clichê da boa conduta (1º parágrafo) / um efetivo padrão da prática
 - (B) a fórmula desse pré-requisito (1º parágrafo) / a solução desse preâmbulo
 - (C) por que não abdicar deles (2º parágrafo) / há razão para contestá-los
 - (D) acolher a verdade (2º parágrafo) / ir de encontro à razão
 - (E) pensamento disposto à **crise** (2º parágrafo) / ideia capaz de contestar-se

4. É preciso **corrigir** a redação confusa e incorreta deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) O fato de aceitarmos um debate deveria significar que estamos efetivamente dispostos a considerar as razões do outro.
 - (B) As razões do outro não devem de ser desconsideradas caso lhes julgemos mais frágeis do que supomos ser as nossas próprias ideias.
 - (C) Não é prova de fraqueza ou de inferioridade aceitar uma argumentação efetivamente mais consistente do que a nossa.
 - (D) A força de nossa argumentação só pode ser comprovada caso se disponha a um confronto verdadeiro com os argumentos do nosso contendor.
 - (E) Não há por que não abdicar de nossos argumentos se estes se revelarem mais frágeis do que os utilizados pelo outro num honesto debate.



5. Quanto à concordância e à articulação entre tempos e modos, está plenamente correto o emprego das formas verbais na frase:
- (A) Por que haveria de ser uma humilhação caso ficarem demonstradas toda a fragilidade das ideias que supúnhamos fortes?
 - (B) Ao assumirmos que são aceitáveis, nas ideias em debate, a argumentação alheia, não haveria por que não as acolhêssemos.
 - (C) É quando entra em crise que nossos argumentos deveriam mostrar-se fortes, aproveitando a oportunidade para virem a se fortalecer.
 - (D) Somente seriam inaceitáveis as razões do outro caso lhes faltasse consistência no desenvolvimento da argumentação.
 - (E) Supõe-se que a palavra *confronto*, ao indicar enfrentamento, devesse indicar um posicionamento que acatariam cada um dos contendores.
-
6. Está corretamente **flexionada** na **voz passiva** a forma verbal sublinhada em:
- (A) Se não vir a ser respeitada, a posição do outro jamais fortalecerá a nossa.
 - (B) Tendo sido respeitada nossa argumentação, como não respeitar a do outro?
 - (C) Ele tinha submisso o outro pela força de seu preconceito, e não de sua razão.
 - (D) Quando havermos de ser tolerantes, o outro será efetivamente considerado.
 - (E) As razões que conter nossa argumentação devem ser claras e abertas.
-

Atenção: As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

A teoria unificada

Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.

Na política e nos assuntos do mundo também existe a busca da explicação absoluta, da teoria por trás de tudo. A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 59-60)

7. A *teoria unificada* está caracterizada neste texto, essencialmente, pela
- (A) crença resoluto que têm as pessoas na existência de um deus único.
 - (B) simplificação com que as ciências vêm resolvendo suas questões.
 - (C) virtude de oferecer uma mesma causalidade para ocorrências diversas.
 - (D) qualidade de submeter todas as teses a uma simples hipótese.
 - (E) possibilidade de contentar a todos com resoluções diferentes.
-
8. Ao dizer que o *monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara*, o autor do texto
- (A) contrapõe à ciência o fato de que há religiões cujo centro é um deus único.
 - (B) mostra que os cientistas não estão preocupados com uma teoria unificada.
 - (C) conclui que a teoria unificada está resguardada pela ciência de ponta.
 - (D) levanta a hipótese de cientistas passarem a seguir os passos do monoteísmo.
 - (E) imagina que o monoteísmo alcançou explicações vedadas ao cientista.
-
9. No 2º parágrafo do texto, o humor do cronista leva-o a afirmar que
- (A) a hipótese de haver para tudo uma teoria unificada é, no fundo, um resquício do nosso pensamento de primitivos.
 - (B) a quantidade de esforço empenhado na busca da teoria unificada é proporcional ao sucesso dessa busca.
 - (C) o dispêndio inútil de tanta energia na busca de uma teoria unificada revela, mais que nossa teimosia, nossa ambição desmedida.
 - (D) a política é talvez o único terreno em que a aspiração humana da teoria unificada pode depositar alguma esperança.
 - (E) o comodismo humano é o que está na raiz de nossas expectativas quanto à existência de uma teoria unificada.
-



10. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Tanto os físicos como também os religiosos incitam-se na crença de que hajam evidências de se chegar a estabelecer uma teoria unificada.
 - (B) A simplicidade da tal teoria unificada já é motivo suficiente para que ela nos atraia tanto, ao dispensar-nos do cansativo esforço de pensar.
 - (C) Na Antiguidade, a profusão de deuses faziam crer que não seria desejável alcançar a unidade das crenças num único monoteísmo unificador.
 - (D) Uma teoria unificada para tudo é a meta da qual se dispõe a conseguir tanto os homens da ciência como os que se especializam na teologia.
 - (E) Mais do que a complexidade das coisas múltiplas, cujo desgaste tanto laboramos, é preferível a teoria unificada, que nos poupa disso.

11. *A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade [...] e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples.*

Sem prejuízo para o sentido e para a correção da frase acima, os elementos sublinhados podem ser substituídos, na ordem dada, por

- (A) passaram a se diversificar – imbuídas do mesmo prazer
- (B) provieram de igual diversidade – com igual sofreguidão
- (C) originaram de fatores vários – através de fome semelhante
- (D) principiaram-se diferentes – de tal modo desejosas
- (E) iniciaram-se semelhantes – de tamanha obsessão

12. A colocação de **ambas** as vírgulas está plenamente adequada na frase:

- (A) Não é indispensável tanto na ciência, como na religião que haja uma teoria unificada, para fortalecer o nosso espírito.
- (B) Mesmo que nosso esforço lograsse chegar, a uma teoria unificada, muitos ainda continuariam a duvidar de tudo.
- (C) Uma teoria unificada, que explicasse tanto as questões religiosas como as científicas, viria a eliminar muitas ansiedades.
- (D) Como se sabe, as teologias humanas, constituem a teoria unificada a que chegaram os pensadores religiosos.
- (E) A desobrigação de pensar é de todos os atrativos, aquele que mais nos seduz, entre os acenados pela teoria unificada.

Atenção: As questões de números 13 a 16 referem-se ao texto seguinte, escrito pelo filósofo francês Voltaire em 1777:

Do justo e do injusto

Quem nos deu o sentimento do justo e do injusto? Foi Deus, que nos deu um cérebro e um coração. Mas em que momento nossa razão nos ensina que há vício e virtude? Quando nos ensina que dois e dois são quatro. Não há conhecimento inato, pela mesma razão por que não há árvore que contenha folhas e frutos ao sair da terra. Nada é aquilo que chamam inato, ou seja, desenvolvido ao nascer; Deus nos faz nascer com órgãos que, crescendo, nos permitem sentir tudo o que nossa espécie deve sentir para a sua própria conservação.

(Voltaire. **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1)

13. Considere as seguintes afirmações:

- I. O sentimento do que é vicioso ou virtuoso, segundo Voltaire, aprimora-se com o tempo, à medida que vamos amadurecendo esses valores, íntimos nossos desde o nascimento.
- II. Segundo Voltaire, todos nascemos aparelhados por Deus com dispositivos que nos permitem desenvolver e discernir o que precisamos conhecer para a conservação da nossa espécie.
- III. A imagem da árvore, de que se vale o filósofo Voltaire, ilustra bem o caso das pessoas que nascem já providas do amadurecimento com o qual distinguem entre o que é justo e o que é injusto.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O poder de Deus, em que os crentes atribuem tudo o que há no mundo, uniu-nos todos de sentimentos que podemos desenvolver.
 - (B) O justo e o injusto – valores dos quais se envolvem todos os juízes – são difíceis de discernir por que muitas vezes se alternam no mesmo indivíduo.
 - (C) Uma árvore, cujos desenvolvimentos podemos acompanhar a cada dia, é utilizada por Voltaire para auxiliá-lo na ilustração de seus conceitos.
 - (D) Entre o vício e a virtude, extremos em cujos oscilamos, há valores nuançados, onde frequentemente nos confundimos.
 - (E) A razão porque Voltaire acredita na conservação de nossa espécie deve-se à confiança em que deposita na providência divina.

15. *Quem nos deu o sentimento do justo e do injusto?*

A função sintática do elemento sublinhado na frase acima corresponde à mesma do sublinhado em:

- (A) *Quando nos ensina que dois e dois são quatro.*
- (B) *Nada é aquilo que chamamos inato.*
- (C) *Deus nos faz nascer com órgãos.*
- (D) *Foi Deus, que nos deu um cérebro e um coração.*
- (E) *não há árvore que contenha folhas e frutos ao sair da terra.*

16. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para integrar corretamente a frase:

- (A) Não (**haver**) de ocorrer tantas injustiças, não precisaríamos definir com exatidão o que é justo.
- (B) A cada um (**cabere**) as punições devidas pelos males que haja praticado.
- (C) Não se (**imputar**) ao caráter dele os deslizes que lhe sejam inatos.
- (D) A todos aqueles a quem (**poder**) servir meu exemplo, ofereço-o de bom grado.
- (E) Não (**dever**) agradar a ela, creio eu, as conclusões a que cheguei.

História do Mato Grosso

17. A “Marcha para o Oeste” vinculada à história do Mato Grosso no século XX, foi caracterizada como
- (A) um movimento de migração e ocupação, inicialmente estimulado pelo governo Getúlio Vargas nos anos 1930, que visava o povoamento e a exploração econômica de terras mato-grossenses e que contou com grande adesão de grupos originários do Sudeste e do Sul do país.
 - (B) um projeto do governo federal, após a construção de Brasília, para povoar o Centro Oeste por meio de auxílios e subsídios aos empreendedores dispostos a se instalar em terras ofertadas gratuitamente pela União, a fim de garantir o abastecimento agrícola e pecuário da Capital Federal e, conseqüentemente, o desenvolvimento dessa região.
 - (C) uma política expansionista do Sul em direção ao Norte, no contexto da ditadura militar, cujo objetivo era expropriar terras dos indígenas e instalar latifúndios para o cultivo da soja na área menos densa do país, a fim de eliminar os chamados “espaços vazios” do território brasileiro, considerados indesejáveis para a segurança nacional.
 - (D) um fluxo migratório espontâneo, que teve início nos anos 1960 e que contou, posteriormente, com o apoio do Movimento dos Sem Terra, cujo propósito era a ocupação de latifúndios improdutivos a fim de minimizar a penúria de famílias de agricultores e acelerar o processo de reforma agrária no Brasil.
 - (E) uma campanha governamental, em nível estadual, para promover a industrialização na região, por meio da concessão de benefícios e isenções fiscais a empresários ligados à atividade hidrelétrica, madeireira e mineradora que pudessem atrair recursos e investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado.
18. As populações indígenas que habitavam a região do Mato Grosso, antes da fundação de Cuiabá,
- (A) encontravam-se praticamente exterminadas em virtude da alta mortalidade provocada pela disseminação de doenças e do ataque sistemático às aldeias empreendidos pelos colonizadores.
 - (B) organizavam-se no Alto Xingu como uma grande e coesa confederação bastante populosa, que nutria relações culturais e de troca, tanto a Oeste, com os povos do império Inca, como ao Norte, com os grupos Marajoara.
 - (C) apesar de diversas, eram, em seu maior número, do grupo Bororo, considerados pelos colonizadores muito violentos por resistirem duramente à catequese jesuítica e possuírem rituais antropofágicos.
 - (D) eram heterogêneas, uma vez que os processos colonizatórios português e espanhol haviam deslocado grupos indígenas de diferentes troncos linguísticos para o interior do continente.
 - (E) faziam recorrentes alianças entre os diferentes grupos existentes a fim de unirem forças e se protegerem dos ataques dos bandeirantes, contra os quais agiram de forma ininterrupta, a ponto de impedir o processo de fundação de vilas e povoados.



19. Considere o trecho a seguir:

Uma das características do sistema de plantio nas áreas de Cerrado e que o distingue dos plantios na região Sul é o tamanho médio das lavouras: enquanto no sul do Brasil a área média cultivada no ano de 1995 foi de 16,8 hectares, em Mato Grosso essa média foi de 663 hectares. Ou seja, 77,7% das lavouras possuíam área superior a mil hectares, enquanto que, no Rio Grande do Sul, apenas 10% se situavam nessa classe de área (IBGE, 1996).

(FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia**: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 19)

O quadro descrito acima, com relação aos dados sobre o Mato Grosso, deve ser compreendido levando-se em conta diversos fatores históricos relacionados à questão fundiária, dentre eles,

- (A) o processo de transformação de terras públicas em propriedades privadas no bojo das Reformas de Base, nos anos 1960, para atender à demanda da indústria agropecuária que se instalara na região.
- (B) a concentração fundiária resultante da comercialização de lotes adquiridos em programas regulamentados pelo INCRA, como os Projetos de Assentamento Rápido, nos anos 1970 e 1980.
- (C) as consequências da implementação, em meados dos anos 1970, do Plano de Valorização da Amazônia, que abarcava as terras do Centro-Oeste e as cedia ao usufruto de empresas multinacionais.
- (D) a criação do Departamento de Terra e Colonização, nos anos 1990, que regulamentou a aquisição de grandes fazendas por agricultores e grupos empresariais interessados no cultivo da soja.
- (E) a implementação do Estatuto da Terra, nos anos 1950, que legislou sobre a quota média de hectares por proprietário nas diferentes regiões do país, considerando as especificidades da economia local.

20. Considere as seguintes proposições sobre a história de Cuiabá.

- I. Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi, desde sua oficialização como vila, a capital da Província de Mato Grosso.
- II. A partir da fundação do primeiro povoado pelo bandeirante Manuel de Campos Bicudo, a vila de Cuiabá teve crescimento tímido porém contínuo ao longo do período colonial.
- III. O primeiro nome da cidade de Cuiabá, que surgiu como um posto de exploração e controle do ouro, foi Vila Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque.
- IV. Antes da criação da Capitania do Mato Grosso, em 1748, Cuiabá e toda a região mato-grossense estiveram vinculadas à Capitania de São Paulo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e IV.
- (C) IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

21. Um momento histórico no qual afloraram tensões relacionadas à proposta de divisão do Estado do Mato Grosso deu-se no contexto da Revolução Constitucionalista de 1932. Sobre a participação do Mato Grosso nesse conflito, é correto afirmar:

- (A) O sul do Estado de Mato Grosso aderiu ao governo federal contra São Paulo, na esperança de que Getúlio Vargas atendesse à demanda da Liga Sul-mato-grossense pela separação da parte norte e criação de um novo Estado.
- (B) As elites políticas que defendiam o separatismo da parte sul do Estado em relação ao governo de Cuiabá se aliaram a São Paulo e aproveitaram a Revolução para fundar o Estado de Maracaju, mas a derrota dos paulistas inviabilizou este projeto.
- (C) A capital do Mato Grosso se aliou ao governo federal contra São Paulo, pois os paulistas tinham o projeto de anexar parte do sul-mato-grossense, especificamente o Território Federal de Ponta Porã, para a expansão das lavouras de café.
- (D) O norte do Mato Grosso, aliado de São Paulo na Revolução, aproveitou o conflito para invadir a parte sul do Estado e derrotar o movimento separatista representado pela Liga Sul-mato-grossense.
- (E) O Estado de Mato Grosso permaneceu neutro durante a Revolução Constitucionalista de 1932, apesar das tentativas do seu comandante militar regional, general Bertoldo Klingner, envolvê-lo na guerra paulista.

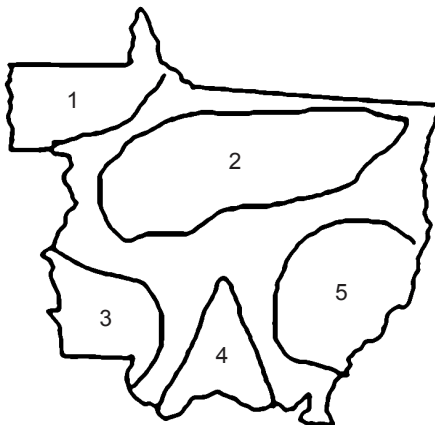


Geografia do Mato Grosso

22. Considere o texto e o mapa apresentados a seguir.

É o mais extenso domínio geomorfológico de Mato Grosso, apresentando topografia favorável às práticas agrícolas mecanizadas. Constitui o divisor de águas da Bacia do Amazonas e do Paraguai. Suas altitudes mais elevadas, em torno de 800 metros, são encontradas no trecho sudoeste, mas a altitude predominante varia de 450 e 650 metros. As formas de relevo são bastante suaves e apresentam duas feições bem distintas: as de topos planos, que são predominantes, e as ligeiramente arredondadas, que são testemunho do relevo que existia no local.

(Adaptado de: <http://www.ebah.com.br/>)



(IBGE)

O texto descreve a porção do mapa indicada com o número

- (A) 5.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 1.

23. Sobre o processo de urbanização do Estado do Mato Grosso, considere.

- I. O processo acelerado de urbanização do Mato Grosso teve início na década de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como uma de suas metas o desenvolvimento da agropecuária na porção central do Brasil.
- II. O processo de urbanização no Estado foi estimulado como estratégia de ocupação, controle e incorporação da fronteira agrícola nas últimas décadas do século XX.
- III. A urbanização de Mato Grosso, diferente do que ocorreu com outras áreas do Brasil, não foi ligado à industrialização, mas à ocupação do campo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

24. Considere as afirmações a seguir.

- I. Há um crescente aumento do percentual de população na faixa etária entre 0 e 14 anos.
- II. Desde a década de 1980 a população urbana passou a ser predominante no Estado.
- III. Cerca de 35% da população do Estado é formada de migrantes, com destaque para os paranaenses.

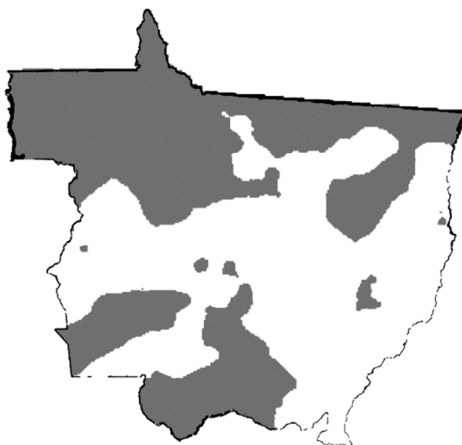
Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



25. O mapa a seguir refere-se à concentração da terra no Estado de Mato Grosso. As partes escuras do mapa correspondem às áreas com maior concentração de terras

Índice de Gini da terra – Mato Grosso – 2014



(Adaptado de: <https://confins.revues.org>)

A leitura do mapa e os conhecimentos sobre a organização do espaço mato-grossense permitem afirmar corretamente que

- (A) nas áreas de maior concentração urbana e, portanto, maior adensamento demográfico, as terras são mais concentradas.
 - (B) as maiores concentrações de terra encontram-se nas áreas de ocupação mais antiga, datada entre as décadas de 1950/60.
 - (C) as recentes ondas de assentamentos ocorridos a partir dos anos 2000 reduziram a concentração de terras no Estado.
 - (D) nas áreas da fronteira agrícola há menor concentração de terras devido à forte diversificação das atividades econômicas.
 - (E) nos três biomas presentes no Estado encontramos áreas com grande concentração de terras.
26. Responsável por grande parcela da produção agrícola do Estado, esta macrorregião merece destaque, tendo-se em vista que colabora, significativamente, para o incremento do PIB do Estado, principalmente em decorrência do alto nível de produção de grãos, como o milho e a soja.

O principal produto agrícola da macrorregião é a soja, que corresponde a 65% da produção, em termos de volume, sendo responsável por 32% da produção de todo o Estado e 10% da produção nacional.

(Adaptado de: <http://www.scielo.br>)



(<http://www.scielo.br>)

O texto refere-se à macrorregião

- (A) Médio-Norte.
- (B) Sudeste.
- (C) Centro-Sul.
- (D) Oeste.
- (E) Nordeste.

**Legislação Específica**

27. A Lei nº 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Mato Grosso, dispõe que
- (A) a assistência de um advogado é facultativa, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - (B) o órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração indireta.
 - (C) é o regime jurídico da pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público estadual que determina se ela integra a Administração centralizada estadual.
 - (D) os prazos previstos na Lei nº 7.692/2002 prevalecem sobre os constantes de normas legais específicas.
 - (E) apenas pessoas físicas são legitimadas como interessadas para fins de processo administrativo.
-
28. A Lei Complementar nº 207/2004 instituiu o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso. Nos termos regulados por essa norma, no que diz respeito às penalidades,
- (A) a pena máxima de suspensão é de 180 dias.
 - (B) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a repreensão.
 - (C) a destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de repreensão.
 - (D) a pena de suspensão pode ser convertida em multa, havendo conveniência para o serviço.
 - (E) a pena de suspensão terá o seu início de imediato em qualquer caso.
-
29. No que se refere ao benefício do salário família, a Lei Complementar nº 4/1990 estabelece que
- (A) o salário família será pago ao pai ou à mãe quando ambos forem servidores públicos e viverem em comum, e será pago a um e outro quando separados, de acordo com a distribuição dos dependentes.
 - (B) é pago em parcela única, seja qual for o número de dependentes.
 - (C) é considerado dependente o filho homem até 18 anos e a filha mulher até 24 anos.
 - (D) é devido apenas ao servidor ativo.
 - (E) o afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, acarreta a suspensão do pagamento do salário família.
-
30. Considere as seguintes definições:
- I. Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometido a um servidor.
 - II. Divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades, inclusive aquelas das funções de direção, chefia, assessoramento e assistência.
 - III. Conjunto de carreira e em comissão, integrantes das estruturas dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público.
- Nos termos da Lei Complementar nº 4/1990, essas são, respectivamente, as definições de
- (A) classe, cargo público integrante da carreira e quadro.
 - (B) cargo público integrante da carreira, quadro e classe.
 - (C) cargo público integrante da carreira, classe e quadro.
 - (D) carreira, classe e quadro.
 - (E) carreira, cargo público integrante da carreira e classe.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. É preciso que haja a restrição orçamentária para os consumidores porque
- (A) a utilidade dos consumidores, por consumirem bens, atinge um nível máximo e requer uma restrição orçamentária.
 - (B) os consumidores devem pagar por cada bem que consomem, mesmo com renda ilimitada.
 - (C) os consumidores devem pagar pelos bens, mesmo com renda limitada.
 - (D) os preços e as rendas são inversamente relacionados.
 - (E) a curva de demanda dos bens geralmente possui inclinação negativa.
-
32. A eficiência produtiva é mais provável de ser atingida em
- (A) monopólio.
 - (B) competição monopolística.
 - (C) oligopólio.
 - (D) competição perfeita.
 - (E) monopólio natural.
-
33. Considere a relação de elasticidade-preço da demanda de um produto. A demanda desse produto será
- (A) perfeitamente elástica se sua elasticidade-preço for igual a zero.
 - (B) mais elástica a longo prazo.
 - (C) mais elástica se o referido produto for extremamente essencial ao consumidor.
 - (D) mais elástica se não houver produtos substitutos no mercado.
 - (E) mais elástica à medida que nos movermos para baixo e para a direita.
-
34. A receita marginal é a
- (A) mudança na receita total dividida pelo produto total.
 - (B) receita total dividida pelo produto total.
 - (C) receita total menos o custo total dividido pelo produto total.
 - (D) mudança na receita total dividida pela mudança no preço do produto.
 - (E) mudança na receita total dividida pela mudança no produto total.
-
35. Se a natureza do produto requer que produtores de um bem usem grandes quantidades de maquinário e equipamento especializado, então
- (A) não haverá obstáculos para a firma sair do mercado.
 - (B) a indústria não se adequa às hipóteses de competição perfeita.
 - (C) os empregados irão pedir elevada indenização se a planta fechar.
 - (D) o governo irá restringir o número de vendedores no mercado.
 - (E) o governo irá criar taxas de licenciamento para as máquinas e equipamentos.
-
36. Firmas em um mercado competitivo não podem influenciar
- (A) a quantidade do bem que é produzida.
 - (B) o quanto de trabalho é empregado na produção.
 - (C) o quanto de capital é usado na produção.
 - (D) o volume de marketing usado.
 - (E) o preço do produto vendido.
-
37. Um monopolista vende um produto visando maximizar seu lucro. Com esse objetivo, ele deve produzir uma quantidade tal que o custo marginal seja igual
- (A) à receita total.
 - (B) ao preço de venda.
 - (C) à quantidade demandada.
 - (D) à receita marginal.
 - (E) ao custo médio mínimo.



38. A patente concede o *status* de monopólio
- (A) permanente ao criador de invenções científicas.
 - (B) permanente aos criadores de qualquer propriedade intelectual.
 - (C) temporário aos criadores de invenções científicas.
 - (D) temporário aos criadores de qualquer propriedade intelectual.
 - (E) permanente a monopólios naturais.
-
39. Os custos de produção podem ser definidos para o curto e para o longo prazo, sendo que a diferença entre os dois conceitos refere-se à
- (A) presença de custo variável apenas no curto prazo.
 - (B) presença de custo fixo apenas no curto prazo.
 - (C) ausência de custo variável no curto prazo.
 - (D) presença de custo fixo apenas no longo prazo.
 - (E) ausência de custo variável no longo prazo.
-
40. Se uma empresa produz uma quantidade de determinado produto a um custo marginal crescente e inferior à receita marginal obtida com a venda daquele produto, pode-se dizer que a empresa
- (A) já está obtendo o máximo lucro.
 - (B) está, certamente, tendo prejuízo em valor absoluto.
 - (C) nunca maximizará seu lucro.
 - (D) deve reduzir a quantidade para ampliar seu lucro.
 - (E) deve aumentar a quantidade para ampliar seu lucro.
-
41. A lei dos retornos marginais decrescentes afirma:
- (A) O produto total cai à medida que mais do insumo é adicionado à produção.
 - (B) A receita total cai quando o produto aumenta, mantendo a tecnologia fixa.
 - (C) A utilidade cai quando mais do bem é consumido.
 - (D) A quantidade demandada do bem cai quando o preço sobe.
 - (E) O produto marginal, a partir de um dado momento, cai à medida que mais insumo é empregado.
-
42. Quando o nível de produto de curto prazo é zero, necessariamente, serão iguais a zero os custos
- (A) explícitos.
 - (B) fixos.
 - (C) implícitos.
 - (D) variáveis.
 - (E) de oportunidade.
-
43. Se a firma aumentar o seu nível de produto no curto prazo, então
- (A) o custo variável permanece inalterado, mas os custos fixos irão aumentar.
 - (B) tanto o custo fixo quanto o custo variável irão subir.
 - (C) o custo variável irá subir mas os custos fixos irão cair.
 - (D) tanto o custo fixo quanto o custo variável irão subir.
 - (E) o custo variável vai subir, mas os custos fixos não irão se alterar.
-
44. De acordo com a lei da demanda,
- (A) existe uma relação positiva entre quantidade demanda e preço.
 - (B) quando o preço sobe, a demanda irá se deslocar para a esquerda.
 - (C) existe uma relação negativa entre quantidade demandada e preço.
 - (D) quando o preço sobe a demanda irá se deslocar para a direita.
 - (E) quando o preço sobe, os consumidores irão deslocar suas compras para bens complementares.
-
45. Quando o custo marginal excede a receita marginal,
- (A) a firma pode aumentar seus lucros via aumento de produto.
 - (B) a firma reduzirá seus lucros se aumentar o produto.
 - (C) a firma está maximizando lucros.
 - (D) o custo total excede a receita total.
 - (E) o custo médio é igual à receita média.



46. Um oligopolista não pode usar a regra de maximização dada pela igualdade entre custo marginal e receita marginal para encontrar o equilíbrio do produto, pois
- (A) esta regra de maximização só pode ser aplicada à competição perfeita.
 - (B) oligopolistas não procuram maximizar lucros no longo prazo.
 - (C) é muito difícil estimar o custo marginal.
 - (D) oligopolistas não encaram uma demanda estável pelo seu produto.
 - (E) a escala mínima eficiente excede a quantidade total demandada.

47. Em condições de competição perfeita, se houver o aumento da demanda por parte de um comprador, o preço de mercado
- (A) aumenta.
 - (B) permanece inalterado.
 - (C) cai.
 - (D) tanto pode subir quanto descer.
 - (E) irá se alterar mas de uma forma imprevisível.

48. O conceito de produto interno bruto
- (A) incorpora a produção de bens e serviços realizada por residentes, que são somados aos bens e serviços produzidos pelos não residentes.
 - (B) é dado pelos bens e serviços de consumo intermediário somados aos bens e serviços produzidos pelos residentes.
 - (C) deduz os impostos sobre o total dos bens e serviços produzidos para o consumo intermediário.
 - (D) considera, como unidade residente, aquela que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.
 - (E) é definido como os bens e serviços produzidos para o consumo final, deduzida a depreciação.

49. Uma situação em que a despesa agregada se apresenta em volume inferior à renda de pleno emprego é consistente com uma política econômica representada por
- (A) um estímulo ao consumo.
 - (B) redução das exportações.
 - (C) elevação das taxas de juros.
 - (D) elevação de impostos.
 - (E) redução dos gastos públicos.

50. Considere as seguintes informações:

$$\text{Função poupança: } S = -20 + 0,3(y-T)$$

$$I = 15$$

$$G = T = 10$$

Se a renda de equilíbrio é igual a 130, os valores de X e M consistentes serão, respectivamente,

- (A) 7 e 6.
 - (B) 10 e 11.
 - (C) 9 e 7.
 - (D) 14 e 16.
 - (E) 8 e 10.
51. A taxa natural de desemprego de uma economia
- (A) equivale à taxa de desemprego apurada, independentemente da teoria considerada.
 - (B) é inflexível no longo prazo.
 - (C) não se relaciona com o equilíbrio entre nível de preços efetivo e nível esperado de preços.
 - (D) pode se alterar em decorrência de mudanças na estrutura de proteção social do trabalhador.
 - (E) é a mesma que a taxa natural de desemprego das demais economias.

52. Se a Lei de Okun estimada para uma economia é dada por

$$u_t - u_{t-1} = -0,3(g_{yt} - 2,5)$$

onde u_t e u_{t-1} são a taxa de desemprego dos anos t e $t-1$, respectivamente, e g_{yt} é a taxa de crescimento do produto no ano t ,

- (A) um crescimento nulo do produto aumenta a taxa de desemprego.
- (B) um aumento do desemprego de 1% é compatível com uma queda no produto de 0,33%.
- (C) conclui-se que a equação não considera o aumento da força de trabalho.
- (D) a taxa de desemprego natural é igual a 2,5%.
- (E) a taxa de desemprego independe dos investimentos.



53. A versão aceleracionista na Curva de Phillips
- (A) elimina a taxa natural de desemprego.
 - (B) aplica os princípios das expectativas racionais.
 - (C) impõe um forte *trade-off* entre inflação e desemprego.
 - (D) não leva em consideração a inflação esperada.
 - (E) considera que os agentes se antecipam à inflação.
-
54. Ao comentar pontos de preocupação na atuação dos bancos centrais, Alan Blinder diz que se a autoridade *teimosamente atrelar a taxa de juros nominal enquanto a inflação está mudando (seja para cima, seja para baixo) provavelmente será prejudicial à saúde da sua economia. Em pouco tempo, o banco central precisa ajustar sua taxa nominal de modo que guie a taxa real de volta ao seu nível neutro.* (Blinder, A.S. Bancos centrais: teoria e prática, 1999).
- De acordo com a declaração de Blinder,
- (A) a taxa neutra é a meta constante de curto prazo dos bancos centrais.
 - (B) a taxa neutra caracteriza a principal meta divulgada em um sistema de metas de inflação.
 - (C) a prolongada discrepância entre taxa real e taxa neutra de juros gera potenciais e desnecessários impactos no produto real.
 - (D) os bancos centrais deveriam desconsiderar o conceito de taxa de juros real na formulação de sua política monetária.
 - (E) no longo prazo, uma taxa real acima da taxa neutra gera impactos expansionistas na demanda agregada.
-
55. Ao considerar a igualdade " $I = S + (T - G) + (M - X)$ ", a expressão " $(M - X)$ " representa
- (A) o esforço de investimento que é somado à poupança interna.
 - (B) o resultado da balança de bens.
 - (C) uma contribuição positiva ao volume de investimentos quando as exportações são maiores que as importações.
 - (D) uma transferência de poupança da economia local para o resto do mundo.
 - (E) uma poupança interna pública menor que a poupança interna privada.
-
56. No modelo IS-LM, a curva IS
- (A) representa os pontos de equilíbrio das taxas de juros associadas a diferentes níveis de demanda.
 - (B) demonstra, por sua inclinação, o equilíbrio entre $(I + G)$ e $(S + T)$.
 - (C) é útil na análise do emprego, pois sofre impacto nulo em relação às mudanças nas contas do Governo.
 - (D) é deslocada para a esquerda se, para uma dada taxa de juros, houver redução do nível do produto de equilíbrio.
 - (E) mantém-se inalterada, no caso de uma política fiscal expansionista seguida de política monetária restritiva.
-
57. Considerando que os depósitos à vista de um país são objeto de recolhimento compulsório de 7% e de reserva voluntária de 5%, um aumento autônomo e inicial de \$ 1.000,00 nos depósitos à vista irá gerar, pelo multiplicador monetário, um aumento final na oferta monetária equivalente a (\$)
- (A) 12.000,00.
 - (B) 8.333,33.
 - (C) 14.285,71.
 - (D) 20.000,00.
 - (E) 7.000,00.
-
58. Com relação aos agregados monetários, a Base Monetária é igual à
- (A) moeda colocada em circulação pelo Banco Central mais as reservas do sistema financeiro.
 - (B) soma do papel moeda em poder do público com os depósitos à vista no sistema bancário.
 - (C) soma do papel moeda em poder do público com as reservas totais dos bancos comerciais.
 - (D) soma de M1 com as reservas compulsórias do sistema bancário.
 - (E) moeda existente no caixa do Banco Central mais os depósitos à vista nos bancos comerciais.
-
59. Ao Conselho Monetário Nacional compete uma série de atribuições, EXCETO
- (A) delimitar o capital mínimo das instituições financeiras privadas.
 - (B) emitir moeda-papel e moeda metálica.
 - (C) fixar as diretrizes e normas da política cambial.
 - (D) disciplinar o crédito e as operações creditícias.
 - (E) regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto.



60. O Depósito Interfinanceiro, também chamado de Certificado de Depósito Interfinanceiro,
- (A) pode atuar como instrumento de gestão da liquidez das instituições financeiras.
 - (B) pode ser emitido por empresas industriais, reduzindo o custo do *funding*.
 - (C) apresenta benefício por constituir forma de captação no mercado internacional.
 - (D) deve ter sua emissão autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, quando o emissor for uma sociedade anônima de capital aberto.
 - (E) tem prazo mínimo de 30 dias.

61. As contas externas do Brasil para o mês de agosto de 2016, apresentadas pelo Banco Central (valores em U\$ milhões), revelaram os seguintes números:

Exportações	16.939
Importações	13.021
Serviços	- 2.202
Renda primária	- 2.508
Renda secundária	213
Conta capital	50
Erros e omissões	413

Com isso, o saldo da Conta Financeira foi, em U\$ milhões,

- (A) - 66.
 - (B) - 116.
 - (C) - 1.303.
 - (D) 1.253.
 - (E) 3.455.
62. No domínio dos regimes cambiais,
- (A) o regime de câmbio flutuante ocorre entre bandas estabelecidas pelo Banco Central.
 - (B) o regime de câmbio fixo resulta no ajustamento da taxa de câmbio pelas forças de mercado.
 - (C) uma insuficiência de oferta de divisas é resolvida pela ação do Banco Central, no regime de câmbio flutuante puro.
 - (D) o enfrentamento de crises é facilitado com o câmbio fixo, mesmo sem reservas cambiais.
 - (E) o regime de câmbio flutuante não requer a intervenção do Banco Central.
63. Considerando como medidas anti-inflacionárias ortodoxas aquelas que buscam estancar a emissão monetária com redução da demanda, e como heterodoxas aquelas que entendem que a inflação não decorre do excesso de demanda resultante da emissão monetária, em relação aos planos econômicos implantados nas décadas de 1980 e 1990,
- (A) o Plano Bresser se caracterizou como um plano inteiramente ortodoxo.
 - (B) as medidas ortodoxas não foram contempladas no Plano Verão.
 - (C) o congelamento de preços e salários é uma medida tipicamente ortodoxa.
 - (D) o Plano Real contou com elemento ortodoxo, ao implementar ajuste fiscal com o Plano de Ação Imediata.
 - (E) a contenção dos gastos públicos, considerada isoladamente, é uma medida tipicamente heterodoxa.
64. Em 1999 o Brasil optou por um novo modelo de regime cambial, e essa mudança
- (A) foi resultado de longo processo de circunstanciado planejamento.
 - (B) decorreu das dificuldades do Governo em manter o modelo anterior de política cambial.
 - (C) blindou o país de intervenções do Banco Central.
 - (D) destruiu a relação entre câmbio e inflação.
 - (E) caracterizou-se pela implantação de bandas cambiais.

Noções de Direito Administrativo

65. Agente público produziu ato administrativo com vício de legalidade. O ato deve ser
- (A) revogado pela Administração pública, produzindo a revogação efeitos para o futuro, isto é, a partir da data em que publicado o ato de revogação.
 - (B) convalidado pela Administração pública, se o vício em questão for sanável, produzindo a convalidação efeitos apenas para o futuro, a partir da data de publicação do ato de convalidação.
 - (C) revogado pela Administração pública, produzindo a revogação efeitos retroativos à data na qual foi publicado.
 - (D) anulado pela Administração pública, produzindo a anulação efeitos retroativos à data na qual foi publicado.
 - (E) anulado pela Administração pública, produzindo a anulação efeitos apenas para o futuro, a partir da data de publicação do ato de anulação.



66. Incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos
- (A) cuja prestação seja indelegável à iniciativa privada, com exclusão de quaisquer outros.
 - (B) que sejam como tais reconhecidos pelo ordenamento jurídico, podendo ser prestados direta ou indiretamente pelo Estado, nesse último caso mediante instrumentos de delegação à iniciativa privada.
 - (C) de saúde, educação e assistência social, fundamentais e exclusivos de Estado, apenas.
 - (D) de importância maior para a coletividade, desde que notoriamente reconhecida, independentemente de reconhecimento pelo ordenamento jurídico.
 - (E) cuja prestação seja delegável à iniciativa privada, o que deve ser feito preferencialmente em caráter de exclusividade, para facilitar a amortização de investimentos e a lucratividade.
-
67. Concorrência, tomada de preços e convite são modalidades de licitação pública cuja aplicabilidade é determinada em função
- (A) da complexidade do objeto da contratação.
 - (B) da relevância, para a Administração pública, do objeto da contratação.
 - (C) da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.
 - (D) da relevância e urgência da contratação.
 - (E) do valor de referência da contratação, assim considerado o praticado em situações pretéritas.
-

Noções de Direito Constitucional

68. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos estendidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a Constituição Federal estabelece que
- (A) em nenhuma hipótese alguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
 - (B) é permitida a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sujeita à licença nos casos especificados em lei.
 - (C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
 - (D) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - (E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
-
69. Considere os seguintes itens:
- I. alimentação.
 - II. transporte.
 - III. lazer.
 - IV. proteção à infância.
 - V. meio ambiente.
- No termos da Constituição Federal, são direitos sociais o constante APENAS em
- (A) I, II e V.
 - (B) II e III.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, II, IV e V.
 - (E) I, III e IV.
-

70. Um dos servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Mato Grosso é brasileiro naturalizado. Conforme previsto na Constituição Federal, a esse servidor também é permitido ocupar cargo
- (A) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) da carreira diplomática.
 - (C) de Prefeito.
 - (D) de Ministro de Estado da Defesa.
 - (E) de oficial das Forças Armadas.
-